



DEZ MIL ANIMAIS ABANDONADOS ANUALMENTE

*Portugueses abandonam mais de dez mil animais por ano, dos quais muitos acabam por morrer à fome*

Dados da Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais (LPDA) apontam para que, em Portugal, mais de dez mil animais sejam abandonados anualmente. Muitos encontram a morte nos canis comarçários e outros acabam por morrer à fome ou atropelados.

# Condenados à agonia

*Portugal é dos países da União Europeia que menos protege os animais; a própria polícia troça de quem faz denúncias*

ARQUIVO/MANUEL NICOLAU

Patrícia Gaspar  
pgaspar@dnoticias.pt

**M**anter um cão preso a uma corrente de poucos metros dias a fio é um dos hábitos que, talvez inconscientemente, muitos donos julgam ser o melhor que podem fazer pelos seus animais. Mas Portugal é mais do que isto.

Num «país que não protege os animais», os relatos de abandono de burros, cavalos e até pôneis - presos a um poste de electricidade, mortos à fome - são semanais. O cenário pode ser considerado horripilante. É, todavia, apenas uma ponta do véu.

Alguns minutos de conversa com o director executivo da Associação ANIMAL, Miguel Moutinho, guiam-nos por uma nação de tortura onde os animais «são coisas do ponto de vista jurídico» e a inexistente fiscalização legitima quase tudo, até manter espécies selvagens como animais de companhia.

Nos matadouros, o horror atinge patamares inimagináveis, embora a lei cuide para que o sofrimento seja minimizado. Aqui, os interesses económicos sobrepõem-se aos direitos dos seres vivos. Muitos acabam por morrer sem ser sujeitos, conforme o previsto pela legislação, a um atordoamento prévio.

«Vacas ou porcos morrem por sangria. São esticados por uma perna, é-lhes enfiada uma faca no pescoço. Durante este tempo, estão conscientes e a lamber o próprio sangue. Lutam pela vida quando, na verdade, estão condenados a uma morte que demora, pelo menos, dez minutos». É o testemunho de Miguel Moutinho.

As responsabilidades por estas vidas de agonia alimentadas para a morte não se cingem aos proprietários de matadouros nem aos produtores de pele, por mais polémicos que sejam estes dois tipos de intervenientes. Não obstante a existência de um diploma que regulamenta o transporte de animais, a associação portuense regista com grande frequência casos de carrinhas que «carrégam» espécies pecuárias sem as mínimas condições.

Para muitas pessoas, o sofrimento de uma galinha não choca tanto quanto o de outro animal doméstico ou das espécies usadas para fins de

comercialização. As queixas relacionadas com lojas de animais lideram, a par dos alertas de abandono, no número de denúncias recolhidas quer pela Associação ANIMAL, quer pela Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais (LPDA).

«O abandono e os maus tratos, incluindo o manter os animais presos e casos de espancamento, são das denúncias mais frequentes», afirma a porta-voz da Liga, Maria do Céu Sampaio.

Também no que aos espaços comerciais diz respeito, a falta de fiscalização volta a legitimar uma série de práticas que, segundo Miguel Moutinho, vão desde a venda de aves exóticas sem a respectiva licença à ausência de controlo sanitário, ao manter os animais em jaulas demasiado pequenas, até ao abandono dos «artigos» não vendidos.

Há gatos e cachorros aprisionados em espaços minúsculos, expostos a níveis de «stress» elevados que, sem poderem correr ou usufruir de estímulos afectivos, acabam por desenvolver problemas de comportamento e até mesmo doenças. Não é vulgar, afirma o director executivo da ANIMAL, que as espécies compradas morram pouco tempo depois, já que não existem cuidados de saúde nem controlos sanitários.

Depois de adoptados, nem todos os animais de companhia têm a mesma sorte. Contra a legislação, muitos cães são retidos em varandas ou presos a uma corrente. Isto quando a legislação diz que não devem ser expostos a factores climáticos hostis ou restringidos a espaços onde não possam aplicar os seus comportamentos naturais.

## PORTUGAL: O PAÍS QUE MENOS PROTEGE NA EUROPA

A impunidade vigente face aos atentados contra os direitos dos animais faz de Portugal «um dos piores da Europa», mesmo pior do que os países de Leste. «A Grécia é um país onde tudo acontece aos animais, mas há organizações fortes para os apoiar. Em termos comunitários, a situação é cada vez mais distante da nossa», acrescenta Miguel Moutinho.

A lei n.º 92/95 12 é, lamenta o líder da Associação ANIMAL, a



A impunidade vigente face aos atentados contra os direitos dos animais faz de Portugal «um dos piores países da Europa», acusa o líder da Associação ANIMAL, Miguel Moutinho.

única norma da iniciativa do legislador nacional. Fora isso, afirma, todos os diplomas são decretos-lei aprovados pelo Governo, não pela sua iniciativa mas transpostos «com um atraso imenso», apenas pelo facto de Portugal, enquanto membro da UE, ser obrigado a fazê-lo.

Apesar de «omissas» e «demasiado brandas», as directrizes existentes poderiam, mesmo assim, evitar um grande número de transgressões.

Ao défice de fiscalização acrescentam, contudo, o excesso de burocracia e a negligência das próprias autoridades. «A PSP e a GNR, por

exemplo, são autoridades competentes para dar cumprimento a este tipo de decretos e, por norma, desconhecem-nos». Miguel Moutinho acusa, ainda, estas entidades de contribuírem para fomentar a ideia de que não existe legislação de defesa dos animais e de receberem as denúncias com «graçolas», embora a lei preveja, efectivamente, coimas para quem maltrata animais.

No nosso país, a violência contra animais é punível por lei, com coimas cujos valores podem variar entre os €500 e os €3740, ou de €44 890, se o autor dos actos for uma pessoa colectiva: uma empresa

ou uma instituição.

É ainda proibida a posse irresponsável de animais considerados «potencialmente perigosos» ou «perigosos» e o treino destes animais para combates - actos puníveis com coimas de valor compreendido entre os €500 e os €3740, ou de €44 890, se forem cometidos por uma pessoa colectiva.

Em alternativa, as autoridades podem aplicar sanções acessórias várias - entre elas, a perda de licenças.

«NÃO aceite um NÃO como resposta das autoridades». O apelo é da Associação ANIMAL.



**Autoridades não levam as denúncias de maus tratos a sério. ANIMAL diz que as queixas são alvo de «graçolas».**